

A POLÍCIA MINEIRA NAS RUAS: POLICIAMENTO PREVENTIVO NA DÉCADA DE 1950

FRANCIS ALBERT COTTA

Doutor em História pela UFMG. Pós-doutorando em História Social pela UFRJ. Professor no Centro Universitário de Belo Horizonte e na Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina. Universidade do Estado de Minas Gerais.

Resumo: *Diferentemente das interpretações que vêem a polícia do pré-golpe civil-militar de 1964 como um exército estadual, aquartelado, de natureza unicamente repressiva e à disposição dos governantes, este estudo busca, a partir da coleta, sistematização e interpretação de dados, lançar luz sobre uma faceta pouco conhecida da Polícia de Minas Gerais. Identifica as estratégias pedagógicas e operacionais desenvolvidas para lançar o policiamento ostensivo profissional nas ruas de Belo Horizonte, na década de 1950. Elas se traduziram numa nova forma de atuação que exigiu o repensar do recrutamento, do treinamento e do emprego dos militares. A Polícia Militar buscava um profissional com competências diferentes do antigo soldado de infantaria da Força Pública em que o respeito aos direitos do cidadão e a profissionalização policial se colocavam como pressupostos básicos de atuação.*

Palavras-chave: *segurança pública, modelos e sistemas policiais, história da polícia, Minas Gerais.*

1 INTRODUÇÃO

O que é a polícia e o que ela deve fazer? Estudiosos de diversas áreas do conhecimento se debruçaram sobre essa questão.¹ Em decorrência das reflexões e das pesquisas, inúmeros trabalhos foram produzidos e

¹ Entre outros: MONET, 2001; MONJARDET, 2003; BAYLEY; SKOLNICK, 2006; LORIGA, 2007. Para o caso brasileiro ver: BRETAS, 1997; HOLLOWAY, 1997; ROLIM, 2006, SOARES, 2006, COTTA, 2006.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

lançaram luz sobre este multifacetado objeto. As interpretações variam desde as análises que vêem a polícia como um dos aparelhos repressivos do Estado e, portanto, autorizada a usar legitimamente a força em prol do bem comum, chegando às percepções de que a Polícia deve ser guardiã e defensora não do Estado, mas da Sociedade e dos interesses dos cidadãos.

François Loriga (2007), ao destacar o processo de formação dos modelos ou sistemas policiais contemporâneos, afirma que as configurações assumidas pelas instituições são as mais variadas e devem ser apreciadas no tempo e no espaço. Portanto, atribui historicidade aos organismos policiais. Não há um paradigma, mas formatações diversas, que sofrem transformações, adequações, de acordo com as exigências sociais de cada momento.

Tendo como referencial teórico as premissas expostas por Loriga (2007), este estudo se debruça sobre um momento *sui generis* do processo histórico da Polícia Militar de Minas Gerais: o curto período de redemocratização experimentado pelos brasileiros na década de 1950. Curto, pois logo em seguida se instalaria uma ditadura militar que duraria 20 longos anos.

Com a queda do regime ditatorial do Estado-Novo (1937-1945), a sociedade brasileira começa a repensar suas instituições, e entre elas a Polícia Militar. Um movimento que se inicia na Capital Federal, então localizada no Rio de Janeiro, passando para as cidades mais populosas como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e finalmente Belo Horizonte.

Na década de 1950, Belo Horizonte contava com uma população de cerca de 500.000 pessoas e aos poucos a jovem capital sentia os efeitos do crescimento demográfico desordenado e da exclusão social, que nascera de maneira paradoxal juntamente como a primeira capital planejada do Brasil.² A sociedade civil organizada se mobiliza e exige do Estado a saída dos quartéis do “Exército de Minas”. Nesse momento, a Polícia Militar era organizada em batalhões de Infantaria e seus treinamentos eram de natureza militar.³

² Para uma melhor compreensão deste processo ver: COTTA, 2007.

³ Cf. COTTA, 2001.

Francis Albert Cotta

Adequando-se ao momento histórico e social, a Polícia Militar de Minas Gerais envia o Capitão Antônio Norberto dos Santos a estagiar nas polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ao retornar, o jovem oficial prepara um planejamento para a criação e instalação do policiamento ostensivo em Belo Horizonte e o submete à apreciação do alto comando da Polícia Mineira. Era o primeiro passo para a criação da Companhia de Policiamento.

Feita a apresentação do contexto histórico em que se insere a institucionalização do policiamento ostensivo preventivo nas ruas de Belo Horizonte, e, portanto, do momento em que a Polícia Militar de Minas Gerais sai dos quartéis para o início de uma jornada marcada por idas e vindas no *mister* de policiar, lança-se o olhar para as questões metodológicas que estruturam o estudo que se seguirá.

O objetivo do estudo que se segue é refletir sobre o processo de institucionalização e consolidação da Companhia de Policiamento Ostensivo da Polícia Militar de Minas Gerais. Para tanto, utilizou-se uma metodologia baseada na busca, coleta, sistematização e análise de dados. As fontes utilizadas no estudo são planos, relatórios, jornais de época, iconografia e documentos normativos expedidos pela própria Polícia Militar, portanto uma pesquisa de natureza documental e bibliográfica. As fontes foram localizadas em diversos fundos arquivísticos: arquivo pessoal do autor, Arquivo Público Mineiro, Arquivo da Cidade de Belo Horizonte e Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais, todos localizados na cidade de Belo Horizonte.

As hipóteses que se buscarão testar no decorrer do trabalho são:

- 1) é possível a mudança de paradigma em termos de atuação institucional;
- 2) esta mudança nasce do diálogo entre a Instituição e a Sociedade, não é um ato unilateral da vontade do Estado;
- 3) a natureza do policiamento é fundamentalmente preventiva;
- 4) experiências bem sucedidas devem ser reapropriadas e adequadas às características e especificidades locais, portanto o intercâmbio é fundamental para o aperfeiçoamento institucional;
- 5) a legitimação da polícia pelas comunidades é condição *sine qua non* para a atuação policial eficiente e eficaz.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

O estudo tem como foco principal o policiamento na Capital do Estado, entretanto inicialmente se debruça sobre a relação entre os destacamentos e a atividade de natureza policial, com o objetivo de mostrar que a preocupação com a vertente policial é um processo que já pode ser identificado nos finais da década de 1940 e terá a década de 1950 como seu ápice. Neste contexto, pontua-se a importância do Departamento de Instrução, futura Academia de Polícia Militar, na elaboração de diretrizes para o treinamento policial nos destacamentos.

Após identificar a preocupação da Polícia Militar com os destacamentos em sua vertente policial, o artigo estuda o processo de institucionalização e consolidação do policiamento ostensivo em Belo Horizonte, destacando suas características, objetivos e a sua dinâmica de funcionamento. Em seguida, é realçado o patrulhamento distrital e, por fim, são colocadas as percepções sobre o primeiro ano de funcionamento da Companhia de Policiamento Ostensivo.

Nota-se que a partir da implantação do projeto da Companhia de Policiamento Ostensivo com um efetivo inicial de 60 homens, em Belo Horizonte, se estrutura gradualmente um Batalhão de Policiamento Ostensivo e, por fim, tal dinâmica de atuação atingirá toda a Polícia Militar de Minas Gerais.

2 OS DESTACAMENTOS POLICIAIS NO INTERIOR DAS MINAS GERAIS



FIGURA 1 - Departamento de Instrução - Década de 1930.

Fonte: Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais.

Francis Albert Cotta

Em 24 de janeiro de 1950, uma equipe da Diretoria Técnica do Ensino Policial, pertencente ao Departamento de Instrução da Polícia Militar, encaminhou ao comandante daquele educandário uma coletânea de textos intitulada *Lições de Instrução Policial*.

As primeiras páginas do manual tratavam dos grandes feitos militares da Polícia de Minas em seu processo histórico e, em seguida, estabelecia algumas diretrizes para a instrução policial nos destacamentos. Tal documento era fruto da análise de experiências e contribuições de diversos policiais que serviam nos destacamentos espalhados pelo território mineiro e sinalizava para a constituição e valorização da faceta policial da Polícia Militar de Minas⁴.

A dinâmica de funcionamento dos destacamentos compreendia os serviços cotidianos e esporádicos (QUADRO 1). O comandante do destacamento, geralmente um sargento ou um cabo, era o responsável por gerenciar o efetivo, bem como resolver crises locais, que iam desde atos anti-sociais de menor potencial ofensivo, como pequenos furtos e discussões, passando pelas greves e motins, chegando mesmo aos procedimentos a serem adotados em casos de revoluções e calamidades públicas. O comandante do destacamento possuía uma relativa autonomia para dispensar os soldados enfermos, conceder férias e autorizar permutas. O QUADRO 1 ilustra, de maneira mais ampla as diversas atribuições dos destacamentos.

⁴ A dinâmica, a estrutura e a distribuição dos destacamentos militares-policiais no território de Minas Gerais podem ser visualizadas desde o início do século XVIII, com a institucionalização dos Dragões de El Rey, e posteriormente, com o Regimento de Cavalaria de Minas. Cf. COTTA, 2006.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

QUADRO 1
Dinâmica dos destacamentos da Polícia Militar de Minas Gerais - 1950

Serviços	Normais	Guarda do quartel	Imprevistos	Moléstias
		Guarda da cadeia		Substituições
		Plantão da delegacia		Dispensas/férias
		Serviço de trânsito		Greves/Motins
		Patrulha noturna		Revoluções
	Ocasionais	Intimações	Natureza do Destacamento	Calamidades
		Diligências		Simples
		Escoltas fora da sede		Com diligências permanentes
		Escoltas ao fórum		
		Comparecimento		
		Reforços		
		Prontidão		

Fonte: Diretrizes para a instrução policial nos destacamentos. Departamento de Instrução. 1950.

Obs.: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelas Diretrizes para a Instrução Policial.

A proposta da comissão era de que os diversos destacamentos seguissem o *Programa de Instrução Policial*. Ela seria ministrada pelos respectivos comandantes. A cada semana, os policiais estudariam um assunto em sua integralidade. Caso a matéria fosse de pequena extensão, seriam ministrados mais de um assunto por semana. O comandante do destacamento elaboraria *recapitulações*. Através delas, teria subsídios para identificar “tendências, inteligências, iniciativas e conhecimentos” dos policiais, assim, poderia integrá-los com “mais propriedade em cada setor do serviço policial-militar”.

De acordo com as *Diretrizes para a instrução policial nos destacamentos*, os policiais que se revelassem menos capazes “física e intelectualmente” seriam destinados a serviços como os de guarda do

Francis Albert Cotta

quartel – feito sempre em presença de alguns chefes e companheiros. Durante o expediente, todos estariam presentes. Fora deste, haveria sempre algum colega solteiro que pernoitaria no quartel. Os soldados “mais vivos e observadores” fariam a patrulha noturna, hora escolhida pelos ladrões e criminosos experimentados para entrarem em ação, exigindo, portanto, dos policiais de patrulha mais sagacidade, decisão e observação. Os “decididos e de educação mais apurada” fariam o serviço de Estação Ferroviária, que requeria um policial de boas maneiras dado o constante contato com o público viajante, e as cotidianas necessidades de resolver de pronto os problemas surgidos com passageiros de trens. Os mais “rigorosos, exigentes e enquadrados militarmente” fariam o serviço da guarda da cadeia, onde sempre fracassavam os de boa fé, que concediam muitos favores e regalias aos presos, nos seus serviços. Fariam os serviços de investigações de crimes encobertos os que demonstrassem mais “qualidades de Sherlocks, mais faro e capacidade dedutiva”.

As instruções não seriam ministradas às segundas-feiras, pois os dias anteriores eram dedicados a diversões e esportes. Os bailes e festas se prolongavam noites adentro, enquanto os policiais estavam nas vigílias do serviço. Muitos crimes no interior ocorriam aos domingos, isto não somente nas sedes dos municípios, mas principalmente nos pequenos povoados e lugarejos longínquos, onde existiam as famosas “vendinhas” de cachaça, à beira das estradas, onde trabalhadores rurais faziam pontos nos domingos e dias santificados. As ocorrências desses rincões somente chegavam ao conhecimento das autoridades às segundas-feiras, pois tais lugares eram sempre desprovidos de comunicações. Somente na segunda-feira seriam tomadas providências policiais, não somente desses casos, como de todos os outros ocorridos no domingo anterior. A segunda-feira era o “vai-e-vem” do soldado, já cansado pelo exaustivo trabalho que o domingo lhe impunha.

Também os sábados não seriam bons para a instrução, pois nesses dias os soldados executariam as faxinas e limpezas da delegacia, do destacamento, dos armamentos e equipamentos. Essas limpezas eram feitas do meio-dia em diante, isto é, quando terminava o expediente normal do

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

sábado. Quanto ao pessoal, também era aos sábados que ele tinham tempo para a sua higiene pessoal, cuidar dos calçados, mudas de uniformes e certas providências junto às famílias. Salienta-se ainda que aos sábados são efetuados os pagamentos dos funcionários e operariado de diversas categorias. Disso resultariam, segundo a análise dos policiais, brigas, embriaguez, crimes e contravenções. Aos sábados, o policiamento deveria ser reforçado principalmente nos meretrícios e “zonas de má frequência”. A experiência policial cotidiana indicava que seria conveniente a execução da instrução de terça-feira a sexta-feira.

2.1 Entre o ensino militar e o policial

Para a Diretoria Técnica do Ensino Policial, “a Instrução Policial tem caráter e finalidade muito diferente da Militar”. Por isso, era preciso que se adotassem processos e meios diferentes dos conhecidos pela tropa. O ambiente seria o da camaradagem, da confiança e da compreensão do instrutor para com os instruídos e não do rígido enquadramento e rigor militares, “se bem que a disciplina e o respeito devem sempre imperar”. Para isso, impunha-se uma instrução preparatória aos futuros instrutores. Não se deveria supor que a existência de um manual pudesse suprir a necessidade de serem os comandantes de destacamentos previamente preparados.

O quadro de sargentos e graduados em geral, especialmente no interior, era heterogêneo em todos os sentidos: grau de escolaridade, “inteligência”, capacidade de trabalho, estado de saúde e idade. Por isso, antes de serem os responsáveis pelo treinamento, precisavam receber instrução. Seria necessário incentivá-los e despertá-los para os ensinamentos morais e profissionais. O local para a formação desses graduados seria o Departamento de Instrução, onde receberiam conhecimentos sobre os assuntos policiais. Essa escola não poderia ser “sala de teoria, mas campo de prática”, pois se concebia a instrução policial como uma atividade contínua e ininterrupta na vida diária do policial, requerendo, por isso conhecimentos minuciosos na execução dos trabalhos. A Diretriz finalizava afirmando que “sem preparação adequada nenhuma

Francis Albert Cotta

empresa dá resultados. E nossa preparação, neste caso, é a instrução dos quadros”.⁵

A instrução policial, em princípio, seria ministrada em sala, não exigindo comandos e execuções, podendo por isso tornar-se monótona e desinteressante. Enquanto a Instrução Militar era dada nas praças ou campos à vista do público – fator de grande influência por provocar o entusiasmo e desejo de perfeição – a Instrução Policial não contaria com esse adjutório. Na instrução militar, o instrutor comanda, com poucas palavras e os instruendos executam longamente. Na instrução policial, o instrutor fala por muito tempo e os instruendos não fariam quase nada, salvo observar algum exemplo que o comandante do destacamento demonstraria. As *Lições Policiais* (1950) partindo da *tradição* buscavam construir uma nova *Identidade policial*:

Atravessando gloriosamente um período de mais de cem anos, o policial montanhês tem cooperado anônima e ferrenhamente para o engrandecimento do Estado e da Pátria. Todas as **virtudes peregrinas referentes ao brio militar e ao culto da cidadania não lhe foram desconhecidas. O sacrifício, a honestidade, o trabalho** têm sido a ancora feliz em que se estriba o componente da Polícia Militar para se tornar digno da sua tradição. Hoje, acompanhando de perto a evolução social e a organização social a organização das mais perfeitas e aparelhadas polícias do mundo, vai a administração da Polícia Militar transformando os métodos rotineiros do passado numa orientação mais objetiva para as finalidades da função policial que, **em virtude da própria civilização da humanidade, deve ser mais humana, mais social, mais preventiva, mais educativa (Grifos nossos).**⁶

Nesta mesma época, surgiu o *Ginásio Tiradentes* que passou a funcionar junto ao Departamento de Instrução, no bairro Prado. Tratava-se de uma escola criada para os filhos e para os policiais militares.⁷ A primeira turma possuía 90 alunos e diplomou-se em 1952. Em maio de

⁵ DIRETRIZ para a instrução policial nos destacamentos, 1950, p. 6.

⁶ ALMEIDA, 1950, p. 10-11.

⁷ Lei estadual de 10 de novembro de 1949.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

1957, foi autorizado o funcionamento do curso científico, raro na Capital. As instalações do colégio foram construídas pelos soldados integrantes do Corpo de Serviço Auxiliar. Em 1963, já funcionava na Praça Duque de Caxias, no bairro Santa Tereza. Em 1965, formou-se a primeira turma de professoras pelo curso normal e fundou-se o curso primário.⁸

Em 1981, a professora Maria da Graça Rios de Melo argumentava que a Polícia Militar, através de seu educandário, preparava os alunos para:

servirem a comunidade, colocada, na maioria das vezes, acima dos interesses pessoais do policial e até mesmo de sua própria vida. Consciência e amor. Interioridade e dom. O esforço para conseguir tais metas vale todos os sacrifícios, porque representa mais que uma esperança, o ideal de todos os mestres e discípulos da PMMG.⁹

3 O POLICIAMENTO OSTENSIVO EM BELO HORIZONTE



FIGURA 2 - O Comandante da Companhia de Policiamento e seus auxiliares diretos.

Fonte: Jornal Diário da Tarde, Belo Horizonte. 8 mai. 1956.

Em 22 de julho de 1955, criou-se a Companhia de Policiamento Ostensivo, anexa ao Batalhão de Guardas e instalada provisoriamente no Departamento de Instrução. Sua atribuição era exercer o policiamento

⁸ Em 1949, fundaram-se as unidades do Colégio Tiradentes em Belo Horizonte e Uberaba; em 1963, Juiz de Fora, Diamantina e Barbacena; em 1964, Bom Despacho, Lavras e Montes Claros; em 1965, Governador Valadares e Manhuaçu; em 1966, Passos; em 1978, Ipatinga e em 1979, Patos de Minas.

⁹ MELO, 1981, p.20.

Francis Albert Cotta

ostensivo em Belo Horizonte. A Companhia era comandada pelo Capitão Antônio Norberto dos Santos, e tinha um Estado-Maior composto por seis tenentes.

O alojamento da Companhia era um prédio exclusivamente construído com esse fim localizado nos terrenos do Departamento de Instrução. E ali permaneceu até ser transferida para o seu aquartelamento definitivo no bairro Santa Teresa. O Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, Dr. Paulo Pinheiro Chagas, concordou com a instalação da nova patrulha de policiamento no 2º Distrito Policial, destacando que o comando seria exercido por um oficial da Polícia Militar.

O Capitão Norberto exercia a função de *Superintendente do Policiamento Ostensivo* e mantinha estreita ligação com as autoridades civis e especialmente com o delegado designado pelo chefe de polícia a fim de proceder aos entendimentos relativos ao serviço.

Na execução do policiamento ostensivo, eram observadas as leis, regulamentos e instruções que regiam os serviços policiais no Estado. A admissão às fileiras da *Companhia de Policiamento* era feita com rigorosa seleção, inclusive com testes psicológicos e análise da vida pregressa do candidato. Seria imediatamente transferido da Companhia o militar que se manifestasse avesso e indigno à função, fosse pela prática de arbitrariedades, violências e atos desumanos, em virtude do recebimento de propinas e suborno, infração às normas sociais de moral ou por não procurar melhorar seu comportamento quando advertido pelos superiores.

Com o objetivo de atualizar os conhecimentos da Instrução Policial e padronizar o modo de ação do policial militar, os militares que se destinaram ao serviço do policiamento ostensivo seriam submetidos a um período intensivo de instrução cujo programa seria organizado pelo comandante da Companhia.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950



FIGURA 3 - Treinamento sobre providências em local de crime. Departamento de Instrução.

Fonte: Diário da Tarde, Belo Horizonte. 17 ago. 1956.

De acordo com o *Programa Padrão de Instrução Policial – Período de Qualificação* –, o objetivo do curso era preparar o homem para exercer o policiamento ostensivo na Capital do Estado de Minas Gerais. Sua duração era de oito semanas, com 42 tempos cada, perfazendo um total de 336 tempos de instrução. O tempo de instrução seria de 45 minutos.

A principal finalidade do treinamento intensivo dos soldados da Companhia de Policiamento era o preparo físico, técnico e moral. A esse respeito, o jornal *Diário de Tarde*, de 8 de maio de 1956, afirmava que: “segundo as normas que regem a conduta dos patrulheiros, nenhum deles poderá agredir, indevidamente, a qualquer pessoa, mas apenas censurá-la verbalmente, caso esteja procedendo mal.” O jornalista continua sua exposição dizendo que “se um soldado proceder arbitrariamente e for provada a culpa na ação, será ele punido devidamente, com rigor, podendo mesmo, ser afastado temporariamente ou expulso da corporação”.

O serviço cotidiano era fundamentalmente preventivo e educativo. Nesse sentido, os soldados portavam apenas um revólver calibre 45 e cassetete. Entretanto, de forma secundária (como em casos de rebeliões em presídios e manifestações violentas) utilizariam cassetes lança-gás; pistolas lança-gás e granadas de mão com agentes irritantes ou lacrimogêneos; em último caso, utilizariam o jato d’água do caminhão

Francis Albert Cotta

tanque e o fuzil lança-gás “Tru-flite”(um canhão portátil de calibre 37mm). Quando da utilização dos gases, os soldados se protegeriam com máscaras apropriadas.

Seriam matriculados neste *Período de Qualificação*: 1) os homens que concluírem o Período de Formação Básica, com bom aproveitamento; 2) os sargentos, cabos e soldados provenientes das diversas Unidades da Polícia Militar, considerados prontos de instrução; 3) os reservistas de 1ª e 2ª categorias que, submetidos a testes, demonstrarem bom grau de instrução. Os exames teriam cunho prático e objetivo, abordando todos os assuntos ministrados. No final do período, os alunos seriam submetidos aos exames e, de acordo com os resultados e a observação dos instrutores, considerados aptos a exercer o policiamento ostensivo. O QUADRO 2 traz a relação da grade curricular do curso.

QUADRO 2

Assuntos a ministrar no Treinamento Policial

ASSUNTO	RESPONSÁVEL	SESSÕES
Ação policial	Segundo-Tenente Floro Ramos de Vasconcelos	32
Armas e instrumentos de crime	Segundo-Tenente Geraldo Ferreira Diniz	11
Ataque e Defesa e Ed. Física	Primeiro-Tenente do Exército Albano Corrêa Filho	70
Boas maneiras	Nascimento	26
Conhecimento essencial de leis	Segundo-Tenente Carmo Dias Rolim	18
Instrução militar	Segundo-Tenente Zidelcy Alves Pereira	24
Noções de técnica policial	Segundo-Tenente Zidelcy Alves Pereira	16
Noções gerais de trânsito	Segundo-Tenente Geraldo Ferreira Diniz	14
Organização policial	Segundo-Tenente Floro Ramos de Vasconcelos	12
Polícia de assistência	Segundo-Tenente Carmo Dias Rolim	32
Policiamento	Primeiro-Tenente Cícero Magalhães	64
TOTAL		319

Fonte: Programa Padrão de Instrução Policial. Companhia de Policiamento. 1956.
Obs.: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados do Programa Padrão de Instrução Policial.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950



FIGURA 4 - Treinamento de Defesa Pessoal
Fonte: INÁCIO, José. *Diário da Tarde*, BH, 8 mai.1956.

Os horários de instrução seriam: das 06h30min às 11h, e das 14h às 17h, perfazendo oito tempos diários. As quartas e sábados não haveria instrução na parte da tarde. Em alguns dias, seria programada instrução noturna destinada à prática de policiamento ostensivo.

Além dos militares previamente selecionados para as atividades policiais, a Polícia Militar, em 10 de abril de 1955, publicou edital convocando voluntários para a Companhia de Policiamento. O responsável pela seleção seria o Primeiro-Tenente José Caldeira Dias da Silva. Em abril, circulava através dos jornais *Minas Gerais*, *Estado de Minas* e *Diário da Tarde* a seguinte nota:

a Companhia de Policiamento recentemente criada na Polícia Militar, a fim de iniciar o policiamento em Belo Horizonte, está aceitando voluntários. Os interessados deverão dirigir-se à sua sede (Rua Monasita, 175, Prado) munidos dos documentos necessários. Requisitos: idade entre 18 e 30 anos; altura mínima: 1,7; alfabetizado.

Francis Albert Cotta

Em 14 de abril de 1955, o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel Manuel Assunção Souza, concedeu uma entrevista ao jornal *O Diário*, e destacou:

a ordem não é para prender nem para praticar violência. Prisão só em último caso. Os policiais exercerão ação preventiva, socorrendo, aconselhando e orientando o povo. Precisamos de homens instruídos, educados, que saibam tratar com o povo, a fim de que possam adquirir bom conceito na opinião pública.

Ao finalizar sua entrevista, o Comandante-Geral pontuou a necessidade de entrosamento com os integrantes da Polícia Civil.



FIGURA 5 - Nome para a dupla de policiais.
Fonte: ESTEVES, Oldack. *O Diário*.
BH, 14 fev. 1957.

Dando continuidade ao processo de institucionalização do policiamento ostensivo, foi aberto um concurso para que a comunidade escolhesse um nome para a dupla de policiais, modelo eleito para a dinâmica de policiamento. No Rio de Janeiro, a dupla era conhecida como “Cosme e Damião”. Os belo-horizontinos fizeram várias sugestões, sendo escolhida a denominação: Castor e Pólux. Segundo a mitologia, eles eram guerreiros e conquistadores arrojados, não temiam empreitadas. Andavam sempre juntos, na paz ou na guerra, nas horas de alegria ou de tristeza.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950



Com uma previsão inicial de 200 soldados, 20 tenentes e sargentos e 20 cabos, o policiamento ostensivo seria exercido no âmbito distrital, dividindo-se, para isso, as circunscrições dos *Distritos Policiais* em áreas de policiamento, patrulhadas por duplas de soldados. A direção, coordenação e fiscalização das patrulhas na rua ficariam a cargo de um tenente de serviço na sede da companhia, denominado *Dirigente de Policiamento*.

FIGURA 6 - Castor e Pólux
Fonte: Diário de Minas, 21 ago.1956.

Era da competência do *Dirigente de Policiamento*, além das funções normais, orientar as patrulhas e dar-lhes assistência, fosse por intermédio de seus auxiliares, através dos diversos meios de comunicações ou comparecendo pessoalmente ao local da alteração, isso quando o fato se revestisse de caráter grave.

A Ala de Cavalaria cooperava nos serviços da Companhia de Policiamento Ostensivo fornecendo patrulhas para os bairros e vilas considerados mais afastados. Os responsáveis pelas providências relativas à operacionalização da Companhia de Policiamento eram os comandantes do Batalhão de Guardas e do Departamento de Instrução.



FIGURA 7 - Demonstração de técnica para socorro de ferido.
Fonte: Diário da Tarde, 17 ago. 1956.

A criação da Companhia era fruto dos insistentes apelos dirigidos ao Comandante-Geral através da imprensa e dos órgãos representativos da sociedade. O ritmo acelerado do progresso da Capital e o rápido crescimento de sua população exigiam o desenvolvimento dos serviços

Francis Albert Cotta

de polícia preventiva. Atrélava-se a isso a percepção de que caberia à Polícia Militar o serviço de segurança pública em todo o território de Minas Gerais. O Comando considerava, ainda, que o pessoal da Polícia Militar teria todo o empenho em colaborar com as autoridades civis na manutenção da ordem e na defesa do cidadão mineiro, mesmo com “o sacrifício para o seu pessoal”.

Havia previsões no sentido de que, como acontecia nas duas maiores cidades do Brasil – São Paulo e Rio de Janeiro – num futuro bem próximo, viesse o policiamento ostensivo de Belo Horizonte a ser confiado à Polícia Militar. O comando da Polícia Militar entendia que não poderia mais retardar a resposta aos apelos. Se Belo Horizonte precisava da cooperação da Polícia Militar, caberia mostrar aos 500.000 belorizontinos que a Instituição teria condições de policiar a Capital do Estado. Segundo o Comando da Polícia Militar: “dentro em breve, seremos os últimos a corrigir o defeito de nossa organização, pelo qual vivíamos divorciados de nossa missão, levando o Estado a criar uma série de policetas para cobrirem nossas lacunas”.

Como no Rio de Janeiro, dever-se-ia começar pelo patrulhamento das ruas de uns poucos bairros com duplas de soldados bem instruídos. Com o tempo, esse serviço se estenderia a todos os bairros e vilas e também à parte central. Finalmente, a Polícia Militar aceitaria os serviços de Rádio-Patrolha e Trânsito, acabando por enfeixar nas mãos todo o policiamento ostensivo de Belo Horizonte.

Para que a Companhia de Policiamento Ostensivo tivesse êxito, seria necessário não se esquecer dos aspectos logísticos, da ampliação de efetivos e do apoio moral. O soldado que exercesse a função no policiamento ostensivo receberia uma gratificação da Chefia da Polícia como estímulo para que se pudesse selecionar o pessoal que lidaria diretamente com o povo. A Companhia possuía um efetivo de três oficiais e sessenta e quatro praças.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950



FIGURA 8 - Castor e Pólux.
Fonte: Museu Histórico da PMMG.

O Patrulhamento de Área era um serviço eminentemente preventivo e de âmbito distrital. Uma vez que Belo Horizonte possuía sete Distritos Policiais, ela foi dividida em sete zonas para esse fim. O Distrito seria, por sua vez, dividido em tantas áreas de patrulhamento, quanto fossem necessárias, influenciando na divisão a densidade da população e as condições topográficas e sociológicas. Cada área seria confiada a uma dupla de soldados que a patrulhariam inteiramente, voltando suas atenções para os pontos notáveis no terreno (regiões de interesse policial).

O Policiamento Ostensivo de Belo Horizonte seria organizado de maneira a permitir todas as ampliações e modificações que o crescimento da cidade exigisse. Seria baseado na organização da dupla de policiais. Ele se dividiria em: Patrulhamento de Área; Rádio-Patrolha e Patrulhamento de Trânsito.

A coordenar, fiscalizar e orientar essas patrulhas, existiria na sede da companhia um serviço sob a direção do Dirigente de Policiamento, um oficial da Companhia de Policiamento Ostensivo. Esse dirigente seria auxiliado diretamente por um Sargento Adjunto, os sargentos de plantão na Polícia Central e os sargentos ou cabos rondantes. Disporia ainda de uma pequena prontidão para as situações de emergência.

As patrulhas realizariam suas atividades de dezoito horas até seis horas da manhã nos bairros: Progresso, Gameleira, Calafate, Prado e Barroca (realizado pela Cavalaria); e na Cidade Jardim, Santo Antônio, Sion, Carmo e Cruzeiro (executado pela Companhia de Policiamento). As normas determinavam que o policial militar em suas relações com o público deveria:

Francis Albert Cotta

ser acessível, justo e imparcial; tratar com a maior urbanidade o povo em geral; tratar com atenção e polidez todo o cidadão, mesmo que este procedesse de modo diverso; falar pouco e somente no desempenho do serviço, esforçando-se por ser claro e preciso, a fim de evitar mal-entendidos; imprimir a necessária austeridade às suas funções; assumir atitudes de forma a convencer o público que sua presença na via pública não tem outro objetivo senão a manutenção da ordem; não provocar a repulsa do povo, evitando atitudes, gestos ou palavras que possam acarretar a impopularidade; guardar reserva que o serviço exigir e não comentar com estranhos fatos internos da Corporação; aconselhar ou advertir aqueles que precisarem, mas sem os irritar ou humilhar; intervir com energia, mas sem violência; esforçar-se por ficar conhecendo os habitantes da localidade e seus costumes; prestar informações e esclarecimentos a quem solicitar; transmitir recados particulares pelos aparelhos policiais que estiverem a seu cargo, desde que reconheça real necessidade; zelar pela segurança e tranquilidade dos cidadãos, prevenindo-os contra quaisquer perigos, como incêndios ou inundações, e garanti-los em seus direitos individuais conferidos pela constituição; respeitar e fazer respeitar a inviolabilidade do lar e suas dependências; prestar socorros de urgência e atender, quando necessário pedidos dos moradores seja chamando médicos, enfermeiras ou parteiras seja batendo à porta de farmácias; não aceitar gratificações de qualquer pessoa do povo por serviços atinentes à função.¹⁰

Em 26 de outubro de 1955, circulava pelos principais jornais de Belo Horizonte e de Minas Gerais (Folha de Minas, O Diário, Correio da Manhã, Diário da Tarde) notícias sobre a criação da Companhia de Policiamento Ostensivo da Polícia Militar. Todavia, somente em 1956 foi efetivamente lançada nas ruas. A partir das 18h do dia 20 de agosto, Belo Horizonte passou a contar com mais um órgão de vigilância e prevenção.

O patrulhamento foi bem recebido pelas autoridades, pelo povo e pela imprensa, motivando larga publicidade a favor da Polícia Militar. A partir de 1956, todo o efetivo do Quinto Batalhão de Infantaria de Polícia Militar seria empregado nas atividades de policiamento.

Embrionariamente, a Companhia de Policiamento foi formada com militares provenientes do 7º Batalhão de Infantaria, do 9º Batalhão de

¹⁰ PROGRAMA Padrão de Instrução Policial. Belo Horizonte, 1956, p.20.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

Infantaria e do Departamento de Instrução. Os tenentes Cícero Magalhães, Carmo Dias Rolim, Floro Ramos de Vasconcelos, Zidelcy Alves Pereira e Geraldo Ferreira Diniz eram os auxiliares diretos na administração, instrução e emprego da Companhia.



FIGURA 9 - Cães adestrados a serviço da Polícia.
Fonte: Museu Histórico da PMMG.

Visando beneficiar o Policiamento Ostensivo, criou-se o Serviço de Cães. Preliminarmente, o Primeiro-Tenente Cícero Magalhães e o Primeiro-Sargento Eurípedes Gomes foram enviados para a Capital Federal (Rio de Janeiro), a fim de estagiarem na Polícia Militar.

Após dois meses de estudo, os policiais mineiros foram para São Paulo e de lá trouxeram doze pastores alemães (seis cadelas e seis machos), escolhidos entre os melhores e na idade ideal para o início do adestramento. Os cães chegaram a Belo Horizonte no dia 7 de maio e inicialmente foram instalados em um canil no Departamento de Instrução. Posteriormente, iniciou-se a construção do canil, com trinta boxes e um campo de treinamento, no terreno da Cerâmica Taquaril (Olaria do Corpo de Serviço Auxiliar) pertencente à Polícia Militar. O canil da Polícia foi considerado um dos melhores da América do Sul. A este respeito o jornal Diário da Tarde, de 27 de julho de 1957, trazia a seguinte manchete: “Doze cães amestrados patrulharão a cidade”. O repórter Edson Bruschi afirmava que a exemplo dos grandes centros, a Polícia Militar traz a inovação a Belo Horizonte.

Em 7 de março de 1957, o Quinto Batalhão da Polícia Militar recebeu a denominação: Batalhão de Policiamento Ostensivo. Nesse ano foram criados o serviço de *Patrulha Volante* e a *Superintendência do*

Francis Albert Cotta

Policiamento Militar Ostensivo. Entretanto, não se limitou o policiamento ostensivo à área metropolitana de Belo Horizonte. Pelo interior do Estado (à época, 485 municípios), os contingentes da Polícia Militar estavam subordinados, no aspecto técnico, ao serviço orientado pelo Cel Watson Mesquita e Capitão José Guilherme Ferreira, assessorados pelo Tenente Fulgêncio dos Santos Neto.

Existiam 60 delegados militares da ativa e vinte da reserva, todos ligados à Superintendência do Policiamento Militar Ostensivo (SPMO) e aos destacamentos distribuídos pelos municípios originários das circunscrições militares da Polícia, sediadas nas comarcas, onde estão situadas as unidades. A SPMO tinha como atribuição organizar, coordenar e dirigir toda atividade do policiamento militar ostensivo, em colaboração com a Secretaria de Segurança Pública.

4 UM POUCO MAIS SOBRE O PATRULHAMENTO DISTRITAL

O policiamento ostensivo executado pela Companhia de policiamento nasce com uma perspectiva de *Patrulhamento Distrital*, isto é, um policiamento de caráter preventivo desempenhado por policiais fardados, aos quais se atribuíam determinada área a cobrir em vigilância móvel permanente. Seria executado por duplas de policiamento, a pé e em bicicletas, por patrulhas montadas e por patrulhas com cães.

Defendia-se que o sistema de duplas oferecia a vantagem de proporcionar ao soldado mais segurança e acerto no desempenho da missão de policiar. As duplas de policiamento a pé se aplicariam a qualquer tipo de área com bons resultados. As patrulhas montadas são destinadas às vilas e bairros distantes, bem assim aos lugares de difícil acesso às viaturas. Já as patrulhas de ciclistas, encontrariam aplicação nas regiões planas e serviriam para economizar efetivo, uma vez que suas áreas são mais dilatadas. As patrulhas de cães seriam empregadas em determinados terrenos, como bosques e parques. Ao lado de certas vantagens, o patrulhamento de cavaleiros e ciclistas ofereceria alguns inconvenientes,

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

uma vez que além do serviço policial o soldado teria que se preocupar com o cavalo e com a bicicleta.

Para fins de policiamento, cada Distrito Policial da cidade seria dividido em *áreas de patrulhamento*, cujas extensões variariam de acordo com a densidade da população e as condições topográficas e sociológicas da localidade, podendo circunscrever-se a uma praça ou abranger vários quarteirões.

Cada área seria confiada a uma dupla que a patrulharia detendo suas atenções nos *pontos notáveis do terreno*, que são locais de maior interesse policial, como: bares, botequins, casas de tolerância, passagem de nível, cruzamentos movimentados, pontes, pontilhões, lugares de ajuntamentos, locais preferidos por malfeitores... De acordo com a necessidade, a área poderia ser reforçada por um ou mais policiais. Na parte diurna, suprimir-se-ia o patrulhamento nas áreas que dele não necessitarem, suprimindo-se essa lacuna com a vigilância do Policiamento Motorizado. Diante da mudança de percepção do papel social da Polícia Militar, o então Major Antônio Norberto dos Santos, estabelecia a distinção entre *área e posto*:

A palavra posto nos dá idéia de um lugar muito limitado, onde a ação de quem o ocupa se restringisse ao alcance de suas vistas; seria um posto de sentinela, ou coisa parecida. Representa a imobilidade que não admite Patrulhamento Distrital. Assim achamos conveniente a expressão área para indicar a porção de terreno entregue à guarda e vigilância do moderno policial de rua.¹¹

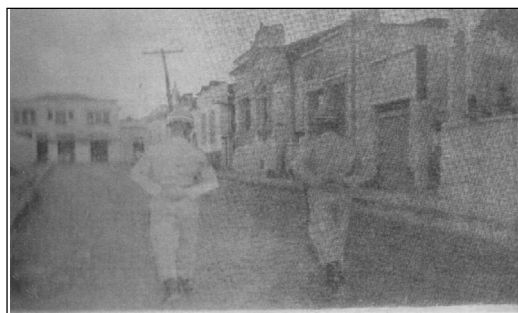


FIGURA 10 - Castor e Pólux a policiar as ruas.
Fonte: Diário da Tarde. Belo Horizonte, 8 mai.1956.

¹¹ SANTOS, 1955, p. 30.

Francis Albert Cotta

O Patrulhamento Distrital seria essencialmente preventivo. Nesse sentido, todos os policiais nele empenhados deveriam manter atenção redobrada, “examinando com perspicácia tudo quanto ocorrer em via pública, por destituído que seja de importância, a fim de que não venha a ser colhido se surpresa”.

A atenção no serviço não só levaria o policial e evitar práticas criminosas, como também não o deixava “quedar-se apalermado ou inibido diante de ocorrências de caráter grave”. Os policiais disseminados pelas áreas dos diversos Distritos não agiriam isoladamente nem ao “gosto de cada um”, ou conforme sua iniciativa e disposição. Estariam subordinados a órgãos diretores, dos quais receberiam ordens e instruções e aos quais apresentariam relatórios e informações.

Em cada Distrito Policial, haveria um Chefe de Patrulhamento Distrital, responsável pela direção, coordenação e controle do policiamento ostensivo do Distrito, agindo sempre em íntima ligação e perfeita harmonia com o respectivo delegado. Não haveria ascendência hierárquica e administrativa do delegado sobre o chefe do Patrulhamento Distrital, tenente da Polícia Militar. Contudo, a responsabilidade máxima por todas as atribuições da polícia na jurisdição de cada Distrito Policial cabe ao delegado respectivo. Ao oficial só competia o policiamento ostensivo.

Como unidade fornecedora dos policiais encarregados do policiamento ostensivo de Belo Horizonte, o Batalhão de Policiamento Ostensivo (BPO) disporia de uma *Central de Direção* organizada nos moldes da CDCC da Superintendência do Policiamento Militar Ostensivo¹². A finalidade da Central de Direção do BPO seria controlar as atividades das duplas de policiamento distribuídas na cidade, conforme dispositivos de seu regulamento interno. Funcionaria sob a direção dos chefes do Patrulhamento Distrital, que se revezariam no serviço de plantão de seis em seis horas.

¹² Criada em 29 de janeiro de 1957.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

Em cada quarto de serviço haveria na Central de Direção do Batalhão de Policiamento Ostensivo: um tenente chefe do Patrulhamento Distrital¹³, um sargento adjunto, sargentos rondantes, componentes de guarnições dos carros de presos, bem como uma pequena prontidão para as substituições imprevistas e para os casos de emergência. A Central disporia de viaturas e de outros recursos imprescindíveis ao desempenho da atividade policial. As demais unidades fornecedoras de militares para o policiamento ostensivo também possuiriam suas centrais, embora em menores proporções, dada à menor quantidade de patrulhas empregadas.

As ligações das patrulhas com o Chefe do Patrulhamento seriam feitas pelo telefone. Outros meios (radiotelefone, mensageiro) seriam utilizados na medida do possível. Entre as patrulhas, as ligações seriam possibilitadas pelo apito, pela vista ou voz. Uma vez lançada a dupla em sua respectiva área de patrulhamento, passaria a percorrê-la diligentemente até ser rendida ou recolhida seis horas após. Para a execução do policiamento, de acordo com as características da área, poderiam ser adotados cinco processos de patrulhamento: longitudinal, contorno, em meandros, entrelaçado, em diagonal e em cruz. A dupla percorreria a área, ora por um, ora por outro sistema, de maneira que nunca o cidadão teria certeza do itinerário e de seu horário. Como medida tática, a Polícia Militar não revelaria ao público o número de policiais empenhados no policiamento ostensivo em determinado momento. Ele deveria ter sempre a impressão de ver policiais por toda a parte cuidando da ordem e da segurança.

5 O PRIMEIRO ANO DE ATIVIDADES DA COMPANHIA DE POLICIAMENTO

O relatório do primeiro ano de atividades da Companhia de Policiamento Ostensivo, realizado pelo Capitão Antônio Norberto dos

¹³ Durante o plantão de seis horas, teria como atribuição coordenar, fiscalizar e orientar todas as patrulhas distribuídas nas áreas dos Distritos Policiais. Manteria em constante contato com o Dirigente do Policiamento da CDCC e enviaria o seu adjunto à área que necessitasse de assistência. Quando a situação fosse mais grave, compareceria pessoalmente ao local.

Francis Albert Cotta

Santos, traz informações preciosas para o entendimento da dinâmica inicial do policiamento nas ruas de Belo Horizonte, fundamentalmente no que diz respeito às relações com a Polícia Civil, à insuficiência de meios logísticos e à característica preventiva adotada pelo policiamento ostensivo.

O oficial afirmava que a despeito do atraso do pagamento de vencimentos, da escassez de meios materiais para o serviço, da incompreensão de alguns setores internos da Corporação, os policiais estavam cumprindo os seus deveres com dedicação e profissionalismo.

A relação com a Polícia Civil era muito boa, pois:

em todas as delegacias e repartições, nosso pessoal foi sempre bem recebido e acatado.” Inclusive, a garagem da Polícia Civil havia colocado por várias vezes à nossa disposição um carro-forte com o respectivo motorista.¹⁴

O Secretário de Segurança Pública, Dr. Paulo Pinheiro Chagas, destacava a cooperação da Polícia Militar no policiamento do Estado e, portanto, na garantia dos cidadãos. Chamava a atenção para o fato de a Polícia Militar fornecer soldados para todo o policiamento do interior, feito pelos destacamentos.

Destaque especial é dado à ação preventiva, destacando-se que em regra ela não é mensurada em termos estatísticos, mas sua contribuição se reflete diretamente nos quadros estatísticos: “Ela constitui a preocupação principal da patrulha, a qual a desempenha desde o momento em que inicia o serviço, até a hora da rendição ou do recolhimento”.¹⁵

Os meios de comunicações são absolutamente necessários ao êxito do serviço policial e sua ausência fez muita falta no desempenho das atribuições policiais. O rádio constitui o melhor meio de comunicações para a polícia. O desejo do Capitão era que tivesse em breve “esse melhoramento em nosso quartel e em algumas viaturas”. O serviço de atendimento à comunidade era feito mediante o acionamento do telefone

¹⁴ SANTOS, 1957, p. 5.

¹⁵ *Ibidem*, p. 6.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

2-93-71. Ao tomarem conhecimento de qualquer ocorrência policial, os militares comunicavam o fato à sede do serviço e, caso fosse efetuada alguma prisão, encaminhavam o detido à Polícia Central ou às delegacias distritais.

Quanto às viaturas, o único veículo que dispunha a Companhia de Policiamento era o “Carro-Choque”, cedido pelo Batalhão de Guardas. Esse veículo foi recolhido à oficina, depois de dez meses de uso, uma vez que sua carroceria oferecia risco de morte aos passageiros. A Companhia de Policiamento dispunha de duas bicicletas que eram utilizadas pelos sargentos e seus auxiliares de serviço de ronda. A fiscalização levada a efeito pelo comandante da Companhia e por seu subcomandante sempre foi feita a pé.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 12 dezembro de 1956, O jornal *Tribuna da Imprensa*, de circulação no Rio de Janeiro, estampava a seguinte notícia:

ELES, EM BELO HORIZONTE, CHAMAM-SE CASTOR E PÓLUX

Tivemos a oportunidade de observá-los, há pouco, quando detiveram dois menores furtivos de uma das Escolas de Menores e ficamos surpreendidos: nem um gesto brusco, nem uma palavra ríspida. Foram tratados como seres humanos. E quando os garotos, manhosamente, se derramaram em lágrima, o impossível aconteceu: ‘Castor e Pólux’ entraram num café e compraram doces para eles. Aquele espetáculo comoveu muita gente. E o repórter, acostumado com a polícia de força, ficou admirado. Castor e Pólux, na antiguidade, deuses da navegação, da longevidade e dos jogos olímpicos. Hoje, em Belo Horizonte, leais, educados e prestativos, eles já pertencem à vida da cidade, são respeitados e admirados pelo povo.

O artigo menciona que até aquele momento não havia sido registrada nem sequer uma queixa ou reclamação contra os policiais mineiros. Para o repórter, tal fato estaria ligado à preparação intelectual e moral dos policiais que agiam com urbanidade e, sobretudo, com humanidade. A corroborar tal percepção o Jornal Diário da Tarde, de 27 de junho de 1957, afirmava que:

Francis Albert Cotta

a instituição da dupla no policiamento militar ostensivo, tem alcançado resultados surpreendentes, deixando evidenciada, acima de tudo, a conduta exemplar dos soldados empregados na elevada missão. A participação da Polícia Militar tem sido eminentemente de bem servir aos mineiros, combatendo o crime com todos os meios possíveis, num trabalho sistemático, longe dos métodos truculentos.

A partir desta primeira experiência de policiamento ostensivo preventivo nas ruas de Belo Horizonte, uma possível resposta à indagação inicial deste estudo pode ser esboçada: O que deve fazer a Polícia? Ao sair dos quartéis de infantaria, a Polícia Militar de Minas Gerais, na década de 1950, embasa suas práticas policiais no respeito aos direitos do cidadão. Inegavelmente vivia-se um momento histórico profundamente influenciado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e da indignação contra as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial e durante os regimes totalitários, em que a polícia, o exército e os demais aparelhos repressivos e ideológicos de Estado agiram a defender aqueles que exerciam o poder.

Entretanto não se pode negar que a polícia, como instituição moderna, surgiu na França dos finais do século XVIII, exatamente sob a égide do respeito aos direitos do cidadão. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), em seu artigo 12, afirma: “a garantia dos direitos do homem e do cidadão requer uma força pública”. Portanto, a força pública não deveria ser instrumento de dominação e opressão. Ela é constituída como guardiã e defensora dos direitos dos cidadãos. A grande questão que se coloca é: a polícia se desviou da sua destinação original? Transformou-se em algoz do cidadão? Por que aqueles que a instituíram e a legitimaram não agiram com *virtú* (no sentido de intervirem na realidade de forma a modificá-la pela ação transformadora do seu entendimento)?

A polícia como uma instituição originada da necessidade dos próprios cidadãos e do pacto entre eles para o controle da violência e para a manutenção da tranqüilidade e do sossego públicos é filha do seu tempo. A despeito de ser um ente abstrato, corporifica-se através dos homens e mulheres que a compõem. Os policiais são selecionados, vivem e atuam nesta sociedade. Assim, a polícia, como outras instituições, é

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

uma invenção, criação do próprio homem. Portanto, está imersa numa dinâmica dialética, isto é, influencia e sofre influência da sociedade que a instituiu. Ela não é natural, é constituída cultural e historicamente, portanto sujeita a transformações.

Ao partir da premissa de que a década de 1950 representou para os brasileiros um momento de redemocratização, com o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a morte daquele que personificou tal situação – Getúlio Vargas (1883-1954) –, torna-se mais fácil entender como esta sociedade interferiu na (re) constituição de sua força pública. Não lhe interessava mais ter um exército estadual, uma força guerreira a serviço do Estado, novas demandas se colocavam para uma sociedade que respirava ares de democracia. Portanto, a primeira hipótese colocada no início deste estudo pode ser comprovada através da análise da documentação e exposição das estratégias operacionais. Nota-se uma verdadeira metamorfose, certamente incompleta em virtude da eclosão do Golpe Civil-Militar de 1964, dos batalhões de infantaria para unidades policiais.

Quanto à segunda hipótese, nota-se que a transformação na mentalidade e nas estratégias de intervenção da Polícia Militar foi motivada por uma dinâmica social, por exigências que extrapolaram os limites dos muros dos quartéis, pelo envolvimento da população que se mobilizou e exigiu a presença de policiais nas ruas. Portanto, confirma-se a terceira hipótese, principalmente no que diz respeito às formas de intervenção: de força de reação para polícia preventiva. Percebe-se que a dupla de policiais que ficou conhecida como Castor e Pólux era uma reapropriação do modelo executado no Rio de Janeiro e São Paulo. Portanto, confirma-se a quarta hipótese, isto é, as experiências bem sucedidas devem ser reapropriadas e adequadas às especificidades locais. Dessa forma, o intercâmbio é fundamental para o aperfeiçoamento institucional. Por fim, as reportagens, os relatórios e demais documentos de época mostram que a legitimação da polícia pelas comunidades é condição *sine qua non* para uma atuação eficiente e eficaz.

Francis Albert Cotta

No alvorecer do século XXI, a experiência de meados do século XX, respeitadas as especificidades culturais, sociais, políticas e históricas, parece legitimar as mudanças ocorridas no seio da Polícia Militar de Minas Gerais, em termos de formação, treinamento e atuação. Basta analisar, de forma comparativa um manual da década de 1980 ou mesmo as diretrizes dos finais do século XX, com as atuais diretrizes para entender a dinâmica atual. A História não é a mestra da vida, entretanto é preciso ter a sensibilidade para ouvir os homens de um tempo vivido.

***Abstract:** Differently of the interpretations that see the police of the pre-1964 civilian-military coup d'état as a state army, lodged in barracks, of solely repressive nature and at the disposal of the government, this study seeks, from the collection, systematization and interpretation of data, to shed light on a little known facet of the Police of Minas Gerais. It identifies the pedagogical and operational strategies developed to launch the professional ostensive policing in the streets of Belo Horizonte during the decade of 1950. They expressed themselves as a new form of performance that demanded rethinking of the recruiting, the training and the employment of the military. The Military Police searched for a professional with different abilities of the old soldier of infantry of the Public Force, for which the respect to the rights of the citizen and the police professionalization was placed as basic prerequisites for action.*

***Key-words:** public security, police models and systems, history of the police, Minas Gerais.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manoel José de *et al.* **Lições Policiais.** Belo Horizonte: PMMG. 1950. Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais. 18 f. Documento avulso, não catalogado.

BAYLEY, David H; SKOLNICK. **Nova Polícia.** Inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. 2 ed. São Paulo: Ed. USP, 2006. 259 p.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade.** O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 221 p.

BROWN, Father. Confiança popular. **O Diário.** Belo Horizonte, 25 dez. 1955.

BRUSCHI, Edson. Doze cães amestrados patrulharão a cidade. **Diário da Tarde.** Belo Horizonte, 27 jul. 1957.

COELHO, Adival. Entrarão em ação os “Cosme e Damião” de Belo Horizonte. **O Diário.** Belo Horizonte, 26 out. 1955.

COTTA, Francis Albert. Reflexões iniciais sobre as contribuições do Corpo Escola e Escola de Sargentos para o processo pedagógico policial-militar (1912-1931). **O Alferes.** Belo Horizonte, 16 (53): 25-66, jan./jun.2001.

_____. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Crisálida, 2006.165 p.

_____. Exclusão sócio-espacial na primeira capital planejada do Brasil: favelas em Belo Horizonte nos séculos XIX e XX. In: **Simpósio Internacional de História.** História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamento: caderno de resumos do 24º Simpósio Internacional de História, São Leopoldo, RS, 15 a 20 de julho de 2007, p. 236.

Francis Albert Cotta

_____. **Técnicas e Táticas Defensivas e de Controle:** o uso não letal da força visto através dos manuais da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Centro de Ensino de Graduação, 2007. Inédito. 15 f.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro:** repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997. 343 p.

LORIGA, François. **Sistemas policiais contemporâneos.** Lisboa: Minerva, 2007. 103 p.

MELO, Maria da Graça. O Ensino na Polícia Militar de Minas Gerais. **Minas Gerais.** Suplemento Especial. Belo Horizonte. Terça-feira, 6 de outubro de 1981.

MONET, Jean-Claude. **Polícia e Sociedade na Europa.** São Paulo: Ed. USP, 2001. 353 p.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia.** Sociologia da Força Pública. Ed. rev. 2002. São Paulo: Ed. USP, 2003. 327 p.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Boletim n. 164, de 23 de julho de 1955. Pág. 459-464. Transcreve o Boletim à Guarnição n. 163, de 22/7/1955, que traz a Portaria n. 37, criando a Companhia de Policiamento, anexa ao Batalhão de Guardas e contém outras determinações. Belo Horizonte: Departamento de Instrução, 1955. 5 f. Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais. Documento avulso, não catalogado.

_____. **Diretriz para a instrução policial nos destacamentos.** Belo Horizonte: Departamento de Instrução. 1950. 20 f. Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais. Documento avulso, não catalogado.

_____. **Programa Padrão de Instrução Policial.** Belo Horizonte: Companhia de Policiamento, 1956. 18 f. Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais. Documento avulso, não catalogado.

A Polícia Mineira nas ruas: policiamento preventivo na década de 1950

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006. 311 p.

SANTOS, Antônio Norberto. **Plano para instrução e emprego da companhia de policiamento.** Belo Horizonte: Departamento de Instrução. 1955. 39 f. Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais. Documento avulso, não catalogado.

_____. **Relatório do Policiamento Ostensivo.** Belo Horizonte: Companhia de Policiamento Ostensivo. 1957. 12 f. Museu Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais. Documento avulso, não catalogado.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006. 157 p.